

OEA rejeita proposta dos Estados Unidos

Mino Pedrosa



Reunida em Brasília, a OEA conclui que investimentos diretos não são principal solução para a crise

Comissão de Assuntos Econômicos e Sociais da OEA (Organização dos Estados Americanos) encerrou ontem seus trabalhos concluindo que a entrada de investimentos estrangeiros diretos na região não é o principal instrumento para enfrentar a crise financeira da América Latina e que o tema só deve ser tratado num contexto mais amplo, que inclua não só dívida externa, mas também financiamento para o desenvolvimento e comércio, especialmente o acesso ao mercado dos Estados Unidos.

A delegação norte-americana foi quem levantou, na comissão, a importância que pode desempenhar os investimentos estrangeiros diretos na promoção do desenvolvimento e criação de empregos, mencionados dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os norte-americanos assinalaram que é necessário hoje cerca de US\$ 1 trilhão para dar emprego a 100 milhões de pessoas que se incorporaram à força de trabalho na América Latina e do Caribe.

Os investimentos estrangeiros, enfatizaram os EUA, não só proporcionariam capital, mas também trariam tecnologia e capacidade administrativa para exportar e criar oportunidade de emprego, por isso, defendeu a conveniência dos latinos-americanos considerarem a fixação de condições favoráveis para atrair capitais que hoje se dirigem a outras regiões do mundo.

A delegação brasileira retrucou que os investimentos estrangeiros, da qual o Brasil tem obtido bons resultados, obedecem a considerações como disponibilidade de matérias-primas, de mão-de-obra e existência de mercado interno, depois, o Brasil liderou os países latino-americanos e do Caribe, registrando a seguinte posição: os investimentos estrangeiros podem exercer um papel apenas complementar para equacionamento da crise, e sempre que atenda as políticas e legislação sobre a matéria dos países da região, o aporte de divisas via investimentos diretos, portanto, é limitado para ser um instrumento decisivo na solução dos problemas da dívida externa.

A delegação da Colômbia informou que seu país está adotando medidas visando atrair investimentos estrangeiros, mas que não é possível recomendar formação de capital na América Latina quando, ao mesmo tempo, existe uma tremenda descapitalização, por causa do pagamento dos créditos externos, portanto, assinalou, é necessário evitar a sangria financeira. As delegações da Argentina e Uruguai, por sua vez, destacaram que os investimentos diretos devem ser complementados com a liberalização do comércio internacional.

A Costa Rica mencionou um acordo com os EUA em matéria de investimento em seu País, considerando que ele, as exportações são um dos pilares sobre os quais se sustenta o crescimento da Costa Rica, o representante mexicano, por sua vez, insistiu que a entrada de investimentos em seu país é apenas uma pequena parte da necessidade interna. O Chile manteve a posição de irrestrito apoio aos EUA.

Vários outros temas foram tratados na comissão, principalmente sobre comércio, os países latino-americanos manifestaram sua preocupação com a nova lei de tarifas e comércio implantada pelos EUA e recuaram da idéia da realização da conferência interamericana de comércio regional, no ano que vem, concluirão que ela acabaria por servir, na atual conjuntura, apenas aos interesses dos Estados Unidos.